



fb.me/AssociacaoAIDA  
www.linkedin.com/company/10221598

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

# PALOP NEWS

# 125

EDIÇÃO MENSAL

2019  
SETEMBRO

## AIDA

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO



**PME QUALIFY**  
WWW.AIDA.PT



## ▶ NOTÍCIAS DE ANGOLA

### TOYOTA VAI INSTALAR UMA LINHA DE MONTAGEM DA MARCA EM ANGOLA

Cerca de 200 milhões de dólares norte-americanos é o valor estimado para a construção em Angola de uma linha de montagem de viaturas Toyota, revelou em Yokohama (Japão), o presidente da multinacional japonesa, Tchiro Kitaoka. O repto para a construção de uma linha de montagem da Toyota no país foi lançado pelo Presidente da República, João Lourenço, durante uma audiência que concedeu a Tchiro Kitaoka, à margem da Sétima Conferência Internacional de Tóquio Para o Desenvolvimento de África (TICAD7). Segundo o presidente da Toyota, aquele valor serviria para aquisição dos espaços e a construção da linha de montagem e de edifícios para escritórios.

Numa primeira fase, sublinhou, a ideia seria criar uma linha de montagem para viaturas e depois avançar para uma fábrica de peças sobressalentes para o mercado interno.

"Certamente, a nossa tarefa será trabalhar com Angola e para Angola e, dessa forma, ir ganhando a confiança do Governo cada vez mais a nível do mercado interno", disse.

O estadista angolano abordou com o gestor da Toyota os projectos que a empresa japonesa está a desenvolver em Angola, mormente a reabilitação, modernização e expansão do Porto do Namibe.

O presidente da Toyota afirmou que o porto é um projecto onde estão envolvidos há já algum tempo, frisando que, se tudo correr bem, a partir do primeiro trimestre do próximo ano iniciam os trabalhos da fase mais avançada do empreendimento, que começou a ser reabilitado em 2007. No primeiro dia dos trabalhos da TICAD7 que decorreu em Yokohama, o Presidente angolano interveio no painel "Aceleração da transformação Económica e melhorar o ambiente de negócios, através da inovação e envolvimento do sector privado", dedicado aos líderes africanos que participaram.

Na ocasião, João Lourenço disse que o Executivo angolano está a implementar um amplo programa de melhoria do ambiente de negócios, para atrair o investimento privado nacional e estrangeiro.

Sublinhou que o programa de melhoria do ambiente de negócios, em implementação com o apoio do Banco Mundial, tem permitido simplificar os procedimentos e reduzir o tempo dos diversos serviços públicos prestados ao sector privado.

A par do programa de melhoria do ambiente de negócios no país, o Chefe de Estado disse que, com o apoio do BM, o Governo angolano está a implementar um amplo programa de privatizações de empresas e activos públicos, um processo que se estende até 2022.

Afirmou que, com esse processo de privatizações, pretende-se promover o crescimento económico de Angola, fomentando o investimento privado e o aumento da oferta de emprego no país.

A delegação angolana aproveitou a TICAD7 para consolidar as relações de cooperação com várias instituições financeiras japonesas, ao rubricar um memorando com o Banco JBIC que abrirá portas para o início de negociações para novos financiamentos, cujo tecto está estimado em 400 milhões de dólares norte-americanos.

O JBIC é o banco responsável pelo financiamento do projecto de recuperação do Porto Comercial do Namibe e das três unidades têxteis de Angola, nomeadamente SATEC, Alassola e Textang II.

No quadro da TICAD7, o governo nipónico, através das suas empresas e agências, está a promover a construção de infra-estruturas de qualidade para sustentar o crescimento e desenvolvimento de vários países africanos.

#### ANGOLA

*Toyota vai instalar uma linha de montagem da marca em Angola*

*Programa de privatizações em Angola afecta investimentos portugueses*

#### MOÇAMBIQUE

*Acordo fomenta confiança mas não resolve o problema - alerta Consultora*

*Moçambique e Indonésia assinam acordo de comércio preferencial*

#### CABO VERDE

*Número de hóspedes em Cabo Verde aumentou 7% no segundo trimestre*

*Cabo Verde: DNRE vai actualizar estudo sobre evasão fiscal através do IVA*

#### SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

*BAD coloca 400 milhões de euros para acelerar a transformação económica dos PALOP*

#### DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:

Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

#### DESIGN E PAGINAÇÃO:

Incograf<sup>®</sup>

#### PROPRIEDADE

AIDA CCI

#### DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:

1000 exemplares

## PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES EM ANGOLA AFECTA INVESTIMENTOS PORTUGUESES



*O programa de privatizações, lançado por João Lourenço, no âmbito da intervenção do Fundo Monetário Internacional em Angola, o ProPriv, entre este ano e 2022 pretende vender, total ou parcialmente, o capital de 195 empresas, afectando directamente vários investimentos portugueses naquele país.*

A Caixa Geral de Depósitos, Mota-Engil e Galp são algumas das empresas portuguesas com participações nas empresas que o estado angolano se prepara para alienar, sendo que cerca de 50 pertencem ao universo Sonangol.

Questionada pelo jornal sobre o processo de privatização, fonte do banco estatal não esclareceu sobre se terá ou não direito de preferência na compra da posição accionista, respondendo apenas que está "a acompanhar o assunto" e que "mantém um diálogo contínuo com os restantes accionistas do banco e com as autoridades". Mota-Engil e Galp preferiram não tecer qualquer comentário.

## ACORDO FOMENTA CONFIANÇA MAS NÃO RESOLVE O PROBLEMA - ALERTA CONSULTORA

*A consultora Capital Economics alertou hoje que o possível acordo entre Moçambique e os credores da dívida soberana fomenta a confiança, mas não resolve as dificuldades da economia, já que vale apenas 4% do total da dívida.*

"Mesmo que os detentores da dívida concordem com a proposta de reestruturação, e os sinais mais recentes sugerem que concordam, os problemas da dívida em Moçambique estão longe de terminar", escrevem os analistas desta consultora britânica.

Num comentário enviado aos clientes, e a que a Lusa teve acesso, a Capital Economics considera que "por um lado, o acordo cobre apenas os 727 milhões de dólares de dívida soberana emitida em 2016 depois da reestruturação da dívida corporativa da Ematum" e, para além disso, o valor cobre apenas 4% do fardo da dívida.

*"O Governo continua a recusar-se a pagar as outras dívidas, no valor de 1,2 mil milhões de dólares, emitidas por empresas públicas, e está até a processar o Credit Suisse pela sua participação nestes empréstimos", acrescentam, notando, ainda assim, que um acordo sobre a dívida vai ser positivo.*

"Um acordo irá provavelmente aumentar a confiança dos investidores e ajudar o país a recuperar o acesso aos mercados internacionais", para além de ser uma "condição necessária, ainda que insuficiente, para um novo programa do Fundo Monetário Internacional".

O acesso ao financiamento internacional, explicam, é uma "preocupação premente do Governo", que precisa de verbas para a reconstrução do país no seguimento dos dois ciclones deste ano, que deverão fazer o PIB do país "ter um crescimento negativo de cerca de 1% este ano".

A longo prazo, concluem, a evolução da economia moçambicana continua dependente do desenvolvimento do gás natural.

O Governo de Moçambique lançou na semana passada um convite internacional aos portadores de dívida ('eurobonds') da Ematum para, aceitarem a proposta de reestruturação apresentada em Maio e assim concretizá-la.

A proposta anunciada a 31 de Maio com acordo de 60% dos credores precisa da aprovação de 75% para ser válida e, na altura, estipulou-se um prazo até ao primeiro dia de Setembro para obter as autorizações adicionais (mais 15%).

No entanto, uma sentença do Conselho Constitucional (CC) de Moçambique, divulgada a 04 de Junho, considerou nulo o empréstimo e as garantias soberanas conferidas pelo Estado à Ematum, obrigando o Governo a fazer novas consultas, explicou o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane.

Com base na decisão do CC, a sociedade civil

(que accionou o processo) e diversas figuras têm insistido na tese de que Moçambique não deve pagar a dívida.

No entanto, Maleiane considerou recentemente não haver colisão entre esta negociação com os credores e a decisão, porque os títulos que representam a dívida regem-se também por leis internacionais, ao terem sido vendidos no mercado de capitais mundial.

Conciliando a decisão do CC e aquilo a que está obrigado, "o Estado deve servir como ponte", por um lado "resolvendo com os 'bondholders' de boa fé" a reestruturação da dívida, enquanto a Procuradoria-Geral da República (PGR) toma medidas para que "as empresas, bancos e funcionários envolvidos possam ressarcir" os cofres públicos. "Há ativos e a PGR está a trabalhar", acrescentou.

Moçambique "não pode prejudicar terceiros", por causa de conduta indevida de agentes do Estado ou outros - além de que a emissão dos títulos da Ematum no mercado de capitais internacional designa a justiça inglesa como local para dirimir conflitos, sublinhou.

O custo de não reestruturar a dívida é continuar sem acesso ao mercado de emissão de dívida, alertou ainda o ministro, acesso de que o país precisa para melhorar sua condição económico-financeira.

Se os prazos previstos por Adriano Maleiane se concretizarem, com a operação fechada a 30 de Setembro, Moçambique reestruturará os seus 'eurobonds' poucos dias antes das eleições gerais, marcadas para 15 de Outubro.

A falta de pagamento da remuneração a quem comprou 'eurobonds' da Ematum faz com que Moçambique se encontre na categoria de incumprimento ('selective default') no mercado internacional de emissão de dívida.

*A Ematum nunca chegou a fazer a projectada pesca de atum, actividade a coberto da qual se endividou: é uma das empresas públicas sob investigação nos EUA e em Moçambique no escândalo de corrupção das dívidas ocultas do Estado.*

*Novas revelações têm surgido e como forma de se proteger face ao que possa vir a ser conhecido, o Governo moçambicano vai exigir uma declaração de "boa fé" aos portadores de títulos que aceitem o acordo.*

## MOÇAMBIQUE E INDONÉSIA ASSINAM ACORDO DE COMÉRCIO PREFERENCIAL

*Os governos de Moçambique e da Indonésia assinaram um acordo de comércio preferencial para produtos agrícolas e têxteis, disse o ministro da Indústria e Comércio, Ragendra de Sousa, citado pelo Diário Notícias.*



O acordo entre Moçambique e Indonésia foi assinado em Ricatla, distrito de Marracuene, província de Maputo, no sul de Moçambique.

Ragendra de Sousa afirmou que o acordo abre oportunidades para os empresários de Moçambique e da Indonésia, uma vez que poderão explorar o potencial económico e comercial existente nos dois países.

“Deixamos saber quais são as nossas áreas prioritárias que se encaixam, perfeitamente, no que o empresariado indonésio também procura”, referiu Ragendra de Sousa.

Por seu turno, o ministro do Comércio da Indonésia, Enggartiasto Lukita, apontou a área de processamento de produtos agrícola como de forte interesse nas trocas comerciais bilaterais.

O acordo de comércio preferencial assinado pelos dois países vai consolidar o comércio bilateral, reduzindo tarifas aduaneiras e barreiras comerciais, bem como a diversificação dos mercados e produtos.

FONTE: LUSA EM NOTÍCIAS SAPO MZ

## ▶ NOTÍCIAS DE CABO VERDE

### NÚMERO DE HÓSPEDES EM CABO VERDE AUMENTOU 7% NO SEGUNDO TRIMESTRE

O número de hóspedes em Cabo Verde aumentou 7% no segundo trimestre de 2019 e as dormidas 5,3% face ao período homólogo de 2018, revelou o relatório de Estatísticas do Turismo Movimentação de Hóspedes, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) cabo-verdiano.

De acordo com o INE, entraram no país mais 11.703 turistas do que em igual período do ano transacto, os estabelecimentos hoteleiros acolheram cerca de 179 mil hóspedes.

As estatísticas indicam que as dormidas atingiram cerca de um milhão e 137 mil no período em análise, traduzindo-se numa variação positiva de 5,3%, em relação ao segundo trimestre de 2018, e que em

termos absolutos, houve um aumento de 57.295 dormidas.

Os dados do INE referem que o Reino Unido continua a ser o principal emissor de turistas com uma estadia média de 8,2 por noites.

**A ilha do Sal foi a mais procurada pelos turistas, o que representa 48,7% das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros.**

Os hotéis continuam sendo os mais procurados pelos turistas, contabilizando 87,9% do total das entradas. Seguem-se as pensões com cerca de 4,1%, as residenciais com 3,4% e os aldeamentos turísticos com 2,6%.

Relativamente às dormidas, os hotéis representam 93,2%, os aldeamentos turísticos 2,5% e as pensões 1,9%. A ilha do Sal continua a ter maior acolhimento, com 42,5% do total das entradas, seguido da ilha da Boa Vista, com 31,9% e Santiago com 12,6%. Também em relação às dormidas, o Sal lidera com 48,7%, seguido da Boa Vista com 40,8% e Santiago com 4,9%.

O principal mercado emissor de turistas continua sendo o Reino Unido com 26,6% do total das entradas, seguindo-se Portugal, França, Alemanha, Bélgica e Holanda,

responsáveis por 12,1%, 11,0%, 10,9% e 8,4% das entradas, respectivamente.

Os dados indicam ainda que, quanto às dormidas, também os ingleses continuam em primeiro lugar com 34,5% do total, seguido de Alemanha, Portugal, Bélgica-Holanda (Países-Baixos), e França, com 12,8%; 9,6%, 9,1% e 8,8% respectivamente.

Durante o segundo trimestre de 2019, em média, a taxa de ocupação-cama, a nível geral, foi de 49%, contra os 47% registados no trimestre homólogo, sendo que as ilhas da Boa Vista e do Sal com as maiores taxas de ocupação – cama com 72% e 52%, respectivamente.

Os dados do organismo de estatística cabo-verdiano indicam que, em relação aos movimentos de navios nos portos de Cabo Verde, houve uma diminuição de 13%, no segundo trimestre de 2019, comparado com o mesmo período do ano passado e que o número de passageiros movimentados, diminuiu em quase 8%.

Entretanto, isto não afectou o movimento de mercadorias nos portos, que aumentou 3%. Nos aeroportos e aeródromos, registou-se um aumento de 13,6% na tonelada de cargas movimentadas e a 3% no movimento de passageiros.

ANGOLA 24 HORAS



## ▶ NOTÍCIAS DE CABO VERDE

# CABO VERDE: DNRE VAI ACTUALIZAR ESTUDO SOBRE EVASÃO FISCAL ATRAVÉS DO IVA



O último estudo, que contou como o apoio técnico do FMI, indicava que a evasão fiscal através do IVA rondava os 40% neste país africano.

A Directora Nacional de Receitas do Estado (DNRE) de Cabo Verde, Lisa Vaz, avançou que o Ministério das Finanças cabo-verdiano vai solicitar ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a actualização do estudo de 2015 relativamente evasão fiscal através do IVA.

O último estudo realizado, que contou como o apoio técnico do FMI, indicava que a evasão fiscal através do IVA rondava os 40% em Cabo Verde.

Liza Vaz defendeu que esta actualização é necessária, mas que acredita que houve uma diminuição da evasão fiscal através do IVA.

“Nós acreditamos que com as medidas fiscais, como notificação electrónica e outras, estamos convencidos que há uma diminuição desta per-

centagem, ainda mais porque as receitas fiscais têm crescido mais do que o PIB, o que é um indicador que a eficácia tributária tem sido maior”, disse.

De acordo com a DNRE, é necessário “actualizar este instrumento científico, que é um instrumento do FMI, que nos vai dizer, relativamente ao estudo de 2015, qual é a evolução que se fez nesta matéria.”

Uma situação de concorrência desleal para com os que pagam os seus impostos ao Estado que tem por trás uma infracção fiscal que poder ser “uma contra-ordenação ou um crime”, reforçou Lisa Vaz.

A DNRE reuniu com os todos os serviços de inspecção e fiscalização económica para definirem as estratégias a serem seguidas para combater fenómenos como a fraude, a evasão fiscal e a economia paralela.

“Há um ganho significativo das entidades reuni-

rem-se todas e traçarem um plano conjunto de actuação por forma a combater quer os crimes económicos, quer a concorrência desleal, falta de licenciamento, operações económicas que estejam a ser realizadas de forma ilegal, a questão de trabalhadores que não estão legalizados e é importante que o contribuinte tenha a percepção das autoridades nesta matéria”, referiu Lisa Vaz.

O Ministério das Finanças tem também curso a quantificação do peso da económica informal na económica. Só depois disso será possível saber o que Estado tem perdido com o não pagamento de impostos, de acordo com Lisa Vaz. “É preciso saber quem são os possíveis pagadores uns porque não estão registados, outros porque não têm empresas constituídas ou então simplesmente porque não entregou a declaração de início de actividade. Só depois disso o Estado saberá o que está a deixar de arrecadar”, explicou, em declarações à imprensa

FONTE: O JORNAL ECONÓMICO

## ▶ NOTÍCIAS DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

# BAD COLOCA 400 MILHÕES DE EUROS PARA ACELERAR A TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA DOS PALOP

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Portugal e o Governo são-tomense, assinaram, na capital São Tomé, um compacto financeiro, que visa acelerar o crescimento económico sustentado, e a diversificação da actividade económica tendo o sector privado como agente preponderante.

Segundo o representante do BAD, para São Tomé e Príncipe e Angola, o plano de impulso financeiro ao sector privado dos países africanos de expressão portuguesa (PALOP), enquadra-se num contexto em que o continente africano avança na criação de uma zona de comércio livre. «É importante que cada país possa ter um sector privado dinâmico que possa exportar bens e serviços para outros países e é neste quadro que entra o compacto lusófono», sublinhou Joseph Ribeiro.

O sector privado de cada país, vai receber o impulso financeiro do BAD, de acordo aos projectos que forem apresentados. «Queremos financiar projectos que têm viabilidade financeira.

E estes projectos poderão ser financiados pelo BAD e beneficiar de uma linha de garantia que foi disponibilizada pela República Portuguesa», explicou o representante do BAD.

O documento que foi assinado em São Tomé pelas três partes intervenientes, nomeadamente o Governo são-tomense através do Ministro das Finanças Osvaldo Vaz, o Governo português através do embaixador Luís Gaspar, e Joseph Ribeiro enquanto representante do BAD, tem duração de 5 anos.

400 milhões de euros, estão disponíveis para financiar o sector privado de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

No caso de São Tomé e Príncipe, o representante do BAD, explicou que já foi feito algum levantamento no país, e que o BAD, «vai continuar a interagir com o sector privado com vista a identificar projectos». Indicou ainda as áreas da logística, turismo, indústria e agro-pecuária, como prioridades identificadas.

Por sua vez, o Ministro das Finanças, Osvaldo Vaz, destacou a situação actual do país, caracterizada por um défice orçamental que compromete «seriamente a execução de uma política virada para o desenvolvimento».

Segundo do Ministro, o país regista uma vida interna imprudente e descontrolada, e

uma dívida externa incalculável. «E a balança de pagamentos que necessita de equilíbrios urgentes», acrescentou.

Por tudo isso, definiu o compacto lusófono como um «poderoso impulsionador do sector privado de São Tomé e Príncipe, designadamente as pequenas e médias empresas».

O Governo de Portugal, através do seu embaixador em São Tomé e Príncipe, realçou a importância da dinamização do sector privado.

Um agente fundamental para o desenvolvimento económico sustentado, e promotor do emprego. «A juventude representa a larga maioria da população e necessita de encontrar emprego que lhe permita constituir família e levar uma vida com dignidade», afirmou o embaixador Luís Gaspar.

O diplomata português não escondeu que o compacto assinado em São Tomé, constitui um incentivo para as empresas nacionais, mas também para as empresas portuguesas que actuam no mercado nacional. «Um bom augúrio para as relações bilaterais no domínio económico e empresarial, no quadro abrangente da cooperação entre os nossos dois países e os nossos dois continentes, africano e europeu», concluiu o embaixador de Portugal.

FONTE: TÉLA NON